



**RONDÔNIA**  
**CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA NA**  
**MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**LUCIANO VIEIRA PEREIRA**  
**RENATA FERNANDES MESQUITA**

**DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE NO**  
**BRASIL: O SUS COMO PILAR PARA EQUIDADE E**  
**SUSTENTABILIDADE NA AGENDA 2030**

**PORTO VELHO-RO**  
**2024.2**

**LUCIANO VIEIRA PEREIRA**  
**RENATA FERNANDES MESQUITA**

**DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE NO  
BRASIL: O SUS COMO PILAR PARA EQUIDADE E  
SUSTENTABILIDADE NA AGENDA 2030**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, na modalidade à distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Orientadora: Professora Pós Dra. Luciana Aparecida Barbieri

**PORTO VELHO**  
**2024.2**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Pereira, Luciano Vieira.

Desafio e inovação na gestão pública de saúde no Brasil: o sus como pilar para a equidade e sustentabilidade na agenda de 2030. / Luciano Vieira Pereira, Renata Fernandes Mesquita, Porto Velho-RO, 2024.  
29 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Luciana Aparecida Barbieri.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Gestão Pública na Saúde. 2. Sistema Único de Saúde (SUS). 3. Políticas Públicas; Desigualdades Regionais. I. Mesquita, Renata Fernandes. II. Barbieri, Luciana Aparecida (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955 (Campus Porto Velho Zona Norte)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA 20230.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Estrutura e História do Sistema Único de Saúde (SUS).....</b>	<b>7</b>
<b>2.2. A Importância de Políticas Públicas em Saúde e Sua Contribuição Para a Agenda 2030.....</b>	<b>11</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 Pré-Análise.....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 Exploração do Material.....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 Tratamento dos Resultados.....</b>	<b>14</b>
<b>4. REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA 2030 NO ESTADO DE RONDÔNIA.....</b>	<b>15</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>24</b>

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta jornada acadêmica em Gestão Pública, sinto uma imensa gratidão por todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. A trajetória até aqui foi marcada por desafios e superações, mas, acima de tudo, pela ajuda e apoio incondicionais que recebi ao longo do caminho. Este momento de reflexão e conclusão é também um momento de agradecimento a todos que estiveram presentes, direta ou indiretamente, nesta caminhada. Sem o suporte de minha família, orientador e instituições, este trabalho não teria alcançado a profundidade e a riqueza que hoje apresenta.

Assim, primeiramente, gostaria de expressar minha sincera gratidão a minha orientadora, cuja orientação e expertise foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência, dedicação e conhecimento contribuíram imensamente para o aprimoramento do meu projeto. As orientações precisas e os feedbacks construtivos que recebi ao longo do percurso foram indispensáveis para moldar a pesquisa e garantir a qualidade acadêmica do trabalho final. Sua orientação não se limitou apenas ao aspecto técnico, mas também forneceu o suporte emocional necessário para enfrentar os desafios.

Em segundo lugar, não posso deixar de mencionar a importância do apoio emocional e psicológico de minha família, em especial de meus pais. O suporte constante e o encorajamento que recebi de meus pais foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os altos e baixos desta jornada acadêmica. Eles acreditaram em mim e me incentivaram a persistir, mesmo quando os desafios pareciam insuperáveis. A presença e o amor deles foram fontes de força e motivação inestimáveis.

Minha gratidão se estende também a todos os colegas e amigos que fizeram parte deste percurso. O ambiente colaborativo e os debates enriquecedores com meus colegas foram fundamentais para a troca de ideias e o desenvolvimento da minha pesquisa. Os momentos de camaradagem e o compartilhamento de experiências contribuíram para uma jornada acadêmica mais leve e significativa. O apoio mútuo e a amizade foram pilares importantes durante este período.

Agradeço também a todos os profissionais e especialistas que, de alguma forma, contribuíram com seus conhecimentos e insights para o enriquecimento deste trabalho. Suas pesquisas, publicações e palestras foram referências importantes que ajudaram a embasar e fundamentar minha pesquisa. A troca de conhecimentos e a constante atualização acadêmica foram essenciais para a construção de um trabalho sólido e relevante.

Não posso esquecer de manifestar minha gratidão a Deus, cuja presença e orientação foram fundamentais para a conclusão desta jornada. A fé e a crença em um propósito maior proporcionaram a serenidade e a confiança necessárias para enfrentar as adversidades e alcançar os objetivos estabelecidos. A força divina foi uma fonte de inspiração e coragem ao longo de todo o processo.

Em suma, a realização deste trabalho é resultado de uma combinação de esforços individuais e coletivos, para Carol Dweck (2006) a mentalidade de crescimento pode influenciar a gratificação e a perseverança. Dessa forma, a mentalidade de crescimento é a crença de que nossas habilidades básicas podem ser desenvolvidas através de dedicação e trabalho árduo. A mentalidade de crescimento cria um amor pelo aprendizado e uma resiliência que são essenciais para grandes realizações. É, com essa citação, e com profundo sentimento de gratidão que encerro esta etapa.

## RESUMO

Este artigo aborda a gestão pública na saúde do Brasil, com foco na estrutura e nos desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com base em teorias atualizadas, como as de Giovanella et al. (2021), que destacam a importância do SUS para a promoção da equidade em saúde, e de Paim et al. (2020), que enfatizam a necessidade de reformas no financiamento do sistema, a pesquisa visa oferecer uma visão abrangente sobre os obstáculos e propor soluções para a melhoria da gestão pública na saúde. A metodologia envolve revisão bibliográfica e análise documental, abordando questões de financiamento, qualidade do atendimento e desigualdades regionais. Os resultados apontam que a insuficiência de recursos e a má gestão financeira comprometem a eficácia do SUS, enquanto as desigualdades regionais continuam a dificultar o acesso aos serviços de saúde. No contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, o SUS desempenha um papel crucial na promoção da saúde universal e na redução das desigualdades em saúde, conforme ressaltado por Barreto et al. (2021). Conclui-se que o fortalecimento da atenção primária, a adoção de tecnologias da informação e a participação cidadã são essenciais para uma gestão mais eficaz e equitativa do sistema. Propostas incluem a revisão das fontes de financiamento e a implementação de políticas públicas que garantam a sustentabilidade e a universalidade do SUS, alinhadas com as metas globais da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Gestão Pública na Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS); Políticas Públicas; Desigualdades Regionais.

## ABSTRACT

This article addresses public health management in Brazil, focusing on the structure and challenges faced by the Unified Health System (SUS). Based on updated theories, such as those by Giovanella et al. (2021), which highlight the importance of SUS in promoting health equity, and Paim et al. (2020), which emphasize the need for reforms in system financing, the research aims to provide a comprehensive view of the obstacles and propose solutions for improving public health management. The methodology includes a literature review and document analysis, focusing on issues of funding, quality of care, and regional inequalities. The results indicate that insufficient resources and poor financial management undermine the effectiveness of SUS, while regional inequalities continue to hinder access to health services. In the context of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 3 - Health and Well-being, SUS plays a crucial role in promoting universal health and reducing health inequalities, as highlighted by Barreto et al. (2021). It concludes that strengthening primary care, adopting information technologies, and encouraging citizen participation are essential for more effective and equitable system management. Proposals include revising funding sources and implementing public policies that ensure the sustainability and universality of SUS, aligned with the global goals of the 2030 Agenda.

**KEYWORDS:** Public Health Management; Unified Health System (SUS); Public Policies; Regional Inequalities

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil é um tema relevante e de grande impacto, tanto por suas consequências diretas na qualidade de vida da população quanto por sua extensão em termos de quantias monetárias movimentadas. O Sistema Único de Saúde ou SUS, estabelecido em 1988, mediante a Constituição Federal, é uma parte integrante aplicativo mais crucial que fizemos para efetivar aproximação à saúde a todas as residentes do Brasil. O SUS, no entanto, é prejudicado por desafios administrativos extensos e difíceis, prejudicando eficiência e eficácia do serviço público prestado.

A relevância desta pesquisa está diretamente ligada à necessidade urgente de abordar e resolver as questões persistentes na gestão pública da saúde. Apesar dos avanços significativos promovidos pelo SUS, problemas como inadequação no financiamento, desigualdades regionais e ineficiências administrativas continuam a impactar a qualidade do atendimento e a equidade dos serviços oferecidos. Conforme Arouca (2003), a saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos e um dever do Estado, o que reforça a importância de uma gestão eficaz para garantir que esses direitos sejam plenamente atendidos. Paim (2011) também destaca que, embora o SUS tenha sido projetado para oferecer cobertura universal, sua implementação enfrenta obstáculos que afetam diretamente a prestação de serviços e a justiça social.

A descrição do problema a ser investigado refere-se à discrepância entre os objetivos propostos pelo SUS e os resultados efetivos observados na prestação de serviços de saúde. O objetivo geral é identificar os principais desafios enfrentados na gestão do SUS; e propor recomendações práticas para aprimorar o sistema. As contribuições esperadas incluem a identificação de soluções para os problemas encontrados e a formulação de propostas que possam orientar futuras políticas e estratégias para fortalecer o SUS.

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na promoção da saúde universal no Brasil, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente no que tange ao Objetivo 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades. Conforme destaca Paim (2011), o SUS é um marco na democratização do acesso à saúde, proporcionando serviços gratuitos e de qualidade para a população, o que é essencial para a redução das desigualdades e a promoção da equidade social.

Além disso, a abordagem integrada e universal do SUS contribui diretamente para a realização das metas da Agenda 2030, ao garantir a cobertura de saúde essencial e promover a resiliência dos sistemas de saúde, aspectos enfatizados por autores como Giovanella et al.

(2018), que discutem a importância da integralidade e da equidade na saúde pública. A capacidade do SUS de fornecer respostas rápidas e abrangentes a crises de saúde pública, como a pandemia da Covid-19, também ressalta sua relevância para a Agenda 2030, ao evidenciar a importância de sistemas de saúde robustos para enfrentar desafios globais e assegurar o bem-estar das populações (Brasil, 2020). Dessa forma, o SUS não apenas é crucial para a saúde dos brasileiros, mas também representa um modelo de sistema de saúde universal que contribui para os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, é essencial para o desenvolvimento global, pois reconhece a saúde como um direito humano fundamental e um pilar para o crescimento sustentável. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), a saúde não é apenas a ausência de doença, mas um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e o ODS 3 - busca garantir que esse conceito seja acessível universalmente.

A realização do ODS 3 também envolve a melhoria dos sistemas de saúde, como aponta Sachs (2015), que enfatiza a necessidade de sistemas robustos para enfrentar as desigualdades e promover o bem-estar em todas as etapas da vida. Assim, o ODS 3 é uma meta central para o progresso social, econômico e ambiental, uma vez que a saúde impacta diretamente a capacidade dos indivíduos de contribuir para suas comunidades e para o desenvolvimento sustentável em geral.

Ao abordar os desafios identificados e explorar possíveis reformas, o estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de um sistema de saúde mais eficiente e equitativo, promovendo um atendimento de melhor qualidade para toda a população brasileira. Assim, o estudo visa identificar as barreiras mais significativas e propor soluções viáveis para melhorar a qualidade e a equidade dos serviços de saúde. A pesquisa busca oferecer uma visão abrangente dos problemas estruturais e sistêmicos do SUS e explorar perspectivas para reformas e inovações que possam contribuir para um sistema de saúde mais eficiente e inclusivo.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os principais obstáculos enfrentados na gestão pública da saúde no Brasil, com um foco especial no SUS e sua contribuição para a agenda 2030. Com isso, tem-se os objetivos específicos sendo: (1) Apresentar a estrutura e histórico do Sistema Único de Saúde no Brasil; (2) Descrever sobre a importância de políticas públicas em saúde e sua contribuição para Agenda 2030; e por fim (3) Refletir sobre a importância de políticas públicas e sua contribuição para a agenda 2030 no Estado de Rondônia.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA 2030

### 2.1. Estrutura e História do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988, é amplamente reconhecido como um marco crucial na história da saúde pública no Brasil, tendo estabelecido um modelo de atenção universal e equitativo. Recentes estudos, como os de Mendes (2020), destacam a resiliência e a adaptabilidade do SUS frente a desafios contemporâneos, como a pandemia de COVID-19, evidenciando sua capacidade de resposta em emergências de saúde pública.

Além disso, Barreto et al. (2021) enfatizam a importância do SUS na redução das desigualdades em saúde no Brasil, atribuindo ao sistema um papel fundamental na melhoria dos indicadores de saúde em diversas regiões do país. O modelo descentralizado e hierarquizado do SUS, que envolve desde a atenção básica até serviços de alta complexidade, foi crucial para a implementação de políticas públicas de saúde que atendem tanto a necessidades imediatas quanto a questões estruturais, como os determinantes sociais da saúde.

A gestão tripartite, envolvendo os níveis federal, estadual e municipal, reforça o compromisso com uma abordagem ampla e inclusiva da saúde pública, conforme evidenciado por Gragnolati e Lindelow (2020), que discutem a importância de uma governança forte e colaborativa para o sucesso de sistemas de saúde universais como o SUS.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é organizado em três níveis de atenção: primária, secundária e terciária, cada um desempenhando papéis específicos e interdependentes. A atenção primária constitui o primeiro ponto de contato dos cidadãos com o sistema de saúde, oferecendo cuidados básicos, bem como serviços de prevenção, promoção e manutenção da saúde. Este nível é crucial para o SUS, servindo como porta de entrada essencial, conforme evidenciado por recentes estudos e pela legislação vigente (MARTINS, 2022; BRASIL, 2023).

A atenção secundária no SUS envolve serviços especializados, como consultas com especialistas e exames mais avançados, que complementam a atenção primária. A atenção terciária, por sua vez, abrange serviços hospitalares de alta complexidade, incluindo tratamentos que exigem maior tecnologia e especialização.

Segundo pesquisas recentes, como as de Mendes et al. (2021) e Cavalcanti et al. (2022), a coordenação entre os diferentes níveis de atenção à saúde é fundamental para

proporcionar um atendimento integral e adequado aos pacientes. Nesse sentido, é destacado que:

A coordenação eficaz entre esses níveis de atenção é essencial para garantir a integralidade do cuidado, assegurando que os pacientes recebam o tratamento apropriado em cada fase de suas necessidades de saúde. Essas pesquisas enfatizam que a integração entre os níveis de atenção evita a fragmentação dos serviços e promove uma abordagem contínua e integrada do cuidado à saúde Mendes et al. (2021, p. 45-46) e Cavalcanti et al. (2022, p. 78-79).

A efetiva coordenação entre os diversos níveis de atendimento é crucial para assegurar um cuidado integral, garantindo que os pacientes obtenham o tratamento adequado em cada etapa de suas necessidades de saúde. Estudos recentes destacam que a harmonização entre esses níveis não apenas previne a fragmentação dos serviços, mas também fomenta uma abordagem contínua e coesa no cuidado à saúde, promovendo uma assistência mais eficiente e integrada.

Para Almeida (2022) este aduz sobre tal problemática como:

a inadequação no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) tem gerado diversos problemas, como a escassez de medicamentos, equipamentos e infraestrutura essencial. Esse desafio é amplificado pelas desigualdades regionais, que resultam em discrepâncias significativas na disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde em diferentes regiões do Brasil Almeida (2022, p. 88-90).

A revisão das fontes de financiamento e a reforma no modelo financeiro do Sistema Único de Saúde (SUS) são frequentemente destacadas como essenciais para melhorar a eficácia do sistema de saúde. Almeida (2022) ressalta que essas mudanças são vitais para resolver problemas estruturais, como a falta de medicamentos e infraestrutura, e para enfrentar as desigualdades regionais que afetam a qualidade dos serviços. A discussão sobre essas questões reflete a urgência de ajustes financeiros no SUS para garantir um atendimento mais equitativo e eficiente, conforme também discutido por Costa e Pereira (2024, p. 112-115).

Nos últimos anos, o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) tem enfrentado desafios significativos, que ampliam as dificuldades previamente identificadas por Mendes (2012). Estudos mais recentes, como os realizados por Bahia et al. (2020) e Castro et al. (2021), confirmam que o problema do subfinanciamento continua agravando questões como a falta de medicamentos, a degradação das instalações e a carência de equipamentos essenciais.

As disparidades regionais persistem, resultando em diferenças significativas na qualidade e na disponibilidade dos serviços de saúde, especialmente em áreas mais pobres do Brasil, que enfrentam recursos ainda mais escassos. A necessidade de reformar o modelo de financiamento do SUS é frequentemente debatida, com especialistas sugerindo que é fundamental ampliar as fontes de recursos e adotar estratégias que assegurem maior equidade e eficiência no sistema de saúde do país. Paim (2020) destaca que a ausência de consenso sobre as reformas necessárias no financiamento do SUS dificulta a melhoria da equidade e eficiência do sistema. Essa falta de acordo e de avanços nas reformas continua a ser um obstáculo significativo para o aprimoramento do SUS. O autor ainda aponta que o subfinanciamento do sistema é amplamente influenciado por uma estrutura tributária desigual, pelos altos juros da dívida pública e pelas mudanças legislativas desde a Emenda Constitucional 29 de 2001. Além disso, a alocação e o uso dos recursos obtidos são frequentemente afetados por manobras políticas e governamentais, que perpetuam desigualdades. Assim, o autor ressalta a necessidade de reformas estruturais para enfrentar esses desafios. Nesse contexto, o autor reforça essa ideia que:

No Brasil, a estrutura tributária iníqua, o exorbitante pagamento de juros da dívida pública e as modificações da legislação desde a Emenda Constitucional 29 de 2001 são determinantes fundamentais do subfinanciamento do SUS. Além disso, manobras de parlamentares e de governos reproduzem desigualdades na alocação, transferência e aplicação dos recursos obtidos. Mesmo o dispositivo constitucional que permitiria taxar as grandes fortunas no Brasil jamais foi regulamentado. Apesar de toda a gritaria de empresários e da reverberação do “impostômetro” pela mídia, quem mais paga impostos no Brasil, proporcionalmente, são os mais pobres e justamente os mais prejudicados no acesso e qualidade dos serviços públicos [...]<sup>1</sup>

O autor mencionado destaca que a disposição constitucional para a tributação de grandes fortunas no país ainda não foi regulamentada. Embora haja críticas por parte de empresários e cobertura da mídia sobre o "impostômetro", são os cidadãos de baixa renda que, proporcionalmente, suportam a maior carga tributária e enfrentam os maiores desafios em relação ao acesso e à qualidade dos serviços públicos.

O cenário atual do financiamento do SUS é marcado por uma crescente pressão sobre o orçamento público, agravada pela pandemia de COVID-19 e pela crise econômica subsequente. A necessidade de recursos adicionais para enfrentar a emergência sanitária destacou a limitação do sistema de saúde brasileiro em lidar com demandas de grande escala,

---

<sup>1</sup> PAIM, Jairnilson. Seguridade Social, Financiamento e Crise do Sistema Único de Saúde (SUS). Plataforma Política Social. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/seguridade-social-financiamento-e-crise-do-sistema-unico-de-saude-sus/>. Acessado em 23 de agosto de 2024.

como discutido por Santos e Lima (2021) destacam que a crise gerada pela pandemia exacerbou a pressão sobre o orçamento do SUS, evidenciando a insuficiência dos recursos disponíveis para assegurar tanto a continuidade quanto a expansão dos serviços de saúde.

Apesar dos esforços para aumentar o orçamento destinado à saúde durante a pandemia, a capacidade do SUS de manter e expandir seus serviços a longo prazo continua limitada por restrições fiscais e pela falta de um planejamento estratégico mais robusto.

Barreto (2021) argumenta que a administração financeira do SUS enfrenta o desafio de equilibrar recursos entre necessidades emergenciais e demandas contínuas, o que demanda uma revisão profunda das políticas de financiamento e da alocação de recursos. A revisão dessas políticas é essencial para assegurar a sustentabilidade e a eficácia a longo prazo do sistema de saúde. Além disso, o teórico destaca que a concentração de investimentos nas regiões mais desenvolvidas acentua as desigualdades existentes e limita a capacidade do SUS de fornecer serviços equitativos em todo o país. A necessidade de reformas no modelo de financiamento do SUS é urgente; no entanto, a falta de consenso político e a resistência a mudanças estruturais permanecem como grandes barreiras para a implementação de soluções eficazes.

Castro et al. (2021) apontam que o processo de reforma do financiamento do SUS enfrenta obstáculos significativos, como a ausência de um consenso sobre os métodos de redistribuição e a resistência a mudanças estruturais. A discussão sobre a implementação de novos mecanismos de financiamento e uma redistribuição mais justa dos recursos continua sendo crucial para aprimorar o SUS e assegurar acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde para todos os brasileiros.

Além dos desafios financeiros, as desigualdades regionais no Brasil continuam a acirrar a disparidade na oferta de serviços de saúde. As regiões Norte e Nordeste enfrentam dificuldades estruturais significativas, como a falta de infraestrutura adequada e a carência de profissionais de saúde, o que é amplamente discutido por Almeida e Silva (2019) observam que a carência de recursos e a infraestrutura inadequada são elementos chave que intensificam as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, especialmente nas regiões mais desfavorecidas do país.

Esses desafios são exacerbados pela concentração de recursos e investimentos em áreas mais desenvolvidas, criando um ciclo de desigualdade que prejudica o acesso e a qualidade dos serviços de saúde nas regiões menos favorecidas. A necessidade urgente de reformas no modelo de financiamento do SUS é clara, mas a falta de consenso político e a resistência a mudanças estruturais continuam a ser grandes obstáculos para a implementação de soluções eficazes.

Além disso, o debate sobre a reforma do financiamento do SUS se torna cada vez mais relevante em um cenário de crescente desigualdade social e regional. As disparidades no acesso a serviços de saúde são evidentes, com a população das regiões menos desenvolvidas enfrentando dificuldades ainda maiores para acessar cuidados adequados. As propostas de reforma frequentemente incluem sugestões como a criação de novos impostos destinados à saúde, a melhoria da eficiência na gestão de recursos e a revisão dos critérios de distribuição de fundos entre estados e municípios.

No entanto, a implementação dessas reformas esbarra em desafios políticos e na falta de um consenso claro sobre as melhores estratégias para promover a equidade e a eficiência no sistema de saúde. A situação exige um comprometimento contínuo e uma visão de longo prazo para transformar o SUS em um sistema mais justo e sustentável para todos os brasileiros.

## **2.2 A Importância de Políticas Públicas em Saúde e Sua Contribuição Para a Agenda 2030**

A gestão eficiente dos recursos e a qualidade do atendimento são fundamentais para o sucesso do Sistema Único de Saúde (SUS). A administração adequada dos recursos financeiros e a coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governo são cruciais para assegurar a qualidade dos serviços prestados. Silva e Costa (2023) apontam que a gestão do SUS enfrenta desafios notáveis, como a desconexão entre as políticas públicas e as necessidades locais, bem como a presença de uma administração muitas vezes burocrática e ineficiente. Para superar esses desafios, é crucial adotar práticas de gestão que sejam mais transparentes e participativas, além de investir em tecnologias da informação para melhorar a coordenação e a supervisão dos serviços de saúde (Pereira, 2024).

Assim, a qualidade do atendimento no SUS é um fator essencial que impacta tanto a satisfação dos usuários quanto a eficácia dos serviços prestados. Lima (2022) destaca que a qualidade no SUS deve ser entendida como a habilidade de fornecer cuidados que satisfaçam as necessidades dos pacientes, respeitando as normas e protocolos estabelecidos, e garantindo eficiência na utilização dos recursos. Para assegurar essa qualidade, é essencial implementar estratégias que incluam a formação contínua dos profissionais de saúde e a adaptação das infraestruturas e processos, como ressaltam Souza e Almeida (2023).

Pesquisas recentes corroboram a importância desses aspectos para a melhoria da qualidade no SUS. Silva et al. (2022) ressaltam a importância da formação contínua dos profissionais e da adequação das infraestruturas para a melhoria dos serviços de saúde, destacando que estratégias integradas são essenciais para enfrentar os desafios do sistema.

Oliveira (2023) também observa que investir em treinamento e infraestrutura influencia diretamente a qualidade do atendimento, aumentando a eficácia dos serviços e a satisfação dos usuários. Esses estudos evidenciam a necessidade de adotar abordagens abrangentes para garantir um atendimento de alta qualidade no SUS.

Promover a qualidade no SUS requer uma abordagem multifacetada que integre a capacitação contínua dos profissionais de saúde e a melhoria das infraestruturas e processos. Segundo Oliveira (2023) argumenta que o treinamento contínuo dos profissionais de saúde é crucial para manter as práticas e conhecimentos atualizados, o que, por sua vez, eleva a qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, é essencial adaptar as infraestruturas, incluindo a modernização dos equipamentos e a manutenção adequada das instalações, para garantir a eficiência e segurança dos serviços de saúde

Além da formação e infraestrutura, é crucial adotar estratégias de gestão que promovam a eficiência e a equidade no atendimento. Barreto (2021) propõe que a implementação de estratégias de gestão eficazes, como o uso de tecnologias de informação para monitoramento e avaliação, pode ter um impacto significativo na melhoria da qualidade do atendimento. Segundo o autor, essas estratégias ajudam a otimizar a alocação de recursos e a coordenação dos serviços. A implementação de sistemas de avaliação de desempenho e feedback dos usuários também é uma prática recomendada para identificar áreas de melhoria e garantir a satisfação dos pacientes. Dessa forma, a integração de capacitação profissional, melhorias infraestruturais e estratégias de gestão eficientes constitui um caminho robusto para promover a qualidade no SUS e assegurar que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de saúde de alta qualidade.

Para avançar em direção à Agenda 2030, especialmente no que diz respeito à saúde e bem-estar (ODS 3), é fundamental melhorar a qualidade do atendimento no SUS por meio de uma abordagem integrada que englobe a capacitação contínua dos profissionais, a melhoria das infraestruturas e a adoção de estratégias de gestão eficazes. Oliveira (2023) enfatiza que a atualização constante dos profissionais e a modernização das infraestruturas são vitais para elevar a qualidade dos serviços prestados no SUS. Além disso, Silva et al. (2022) destacam que garantir um atendimento eficiente e seguro exige investimentos em formação contínua e na adequação das infraestruturas, alinhando os serviços às melhores práticas e padrões estabelecidos.

Essas ações não apenas atendem às necessidades atuais do SUS, mas também contribuem para alcançar as metas da Agenda 2030, promovendo um sistema de saúde mais justo e sustentável para todos.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme Minayo (2022), que se foca na compreensão profunda de fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando suas experiências, subjetividades e contextos culturais. Diferente de metodologias quantitativas, a abordagem qualitativa não busca mensurar dados, mas interpretar e dar sentido às interações sociais, comportamentos e significados atribuídos pelos participantes. A revisão de literatura desempenha um papel central como estratégia de coleta de dados, permitindo identificar teorias e estudos relevantes ao fenômeno investigado. Segundo Minayo (2022), essa revisão é essencial para construir uma base teórica sólida que oriente a análise e a interpretação dos resultados. Ao contextualizar os achados em um cenário mais amplo, essa abordagem favorece uma compreensão crítica e detalhada do tema, explorando as complexidades e dinâmicas dos fenômenos em suas situações específicas, o que é fundamental para a investigação de questões humanas e sociais.

A pesquisa foi delimitada ao estudo da qualidade do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), focando na análise de como a formação profissional, a infraestrutura e as estratégias de gestão impactam a eficácia dos serviços prestados. A delimitação foi feita para possibilitar uma investigação mais aprofundada sobre essas áreas específicas e seus efeitos na qualidade do atendimento.

Para a coleta de dados, foram utilizadas fontes documentais, incluindo normas, legislações e artigos publicados sobre a gestão e qualidade do SUS. A coleta documental é uma técnica consolidada em pesquisas qualitativas, pois permite o acesso a informações relevantes e contextuais sobre o fenômeno em estudo.

De acordo com Gil (2022), a coleta documental se destaca como uma abordagem eficaz para obter dados que refletem a realidade do objeto investigado, proporcionando uma visão aprofundada das questões em análise. A técnica de coleta de dados utilizada foi o levantamento documental, que envolveu a revisão de materiais acadêmicos, relatórios institucionais e documentos regulatórios relacionados ao SUS.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo, conforme descrito por Silva e Costa (2023). Esta técnica é utilizada para interpretar e categorizar informações qualitativas de maneira sistemática. Silva e Costa (2023) definem a Análise de Conteúdo como uma abordagem que visa identificar, organizar e interpretar os conteúdos dos documentos para descobrir padrões e significados subjacentes. Esta técnica é dividida em três fases:

1. **Pré-Análise:** Nesta fase, foram realizadas pesquisas iniciais sobre as legislações pertinentes, artigos acadêmicos e documentos relevantes ao SUS. O objetivo foi organizar o material coletado e preparar o terreno para uma análise mais detalhada.
2. **Exploração do Material:** Esta fase envolveu a leitura e interpretação dos documentos coletados. O foco foi identificar categorias e temas recorrentes relacionados à qualidade do atendimento no SUS e às práticas de gestão e formação profissional.
3. **Tratamento dos Resultados:** Na fase final, os dados foram inferidos e interpretados para discutir os resultados encontrados. Esta etapa envolveu a síntese das informações analisadas e a discussão dos impactos dessas práticas sobre a qualidade do atendimento no SUS, comparando com as hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa.

#### **4 REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA 2030 NO ESTADO DE RONDÔNIA**

A importância das políticas públicas no contexto da Agenda 2030 é inegável, especialmente em regiões com desafios socioeconômicos significativos, como o Estado de Rondônia. As políticas públicas são instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável, assegurando que as metas estabelecidas pela Agenda 2030 sejam alcançadas de maneira equitativa e inclusiva. Souza (2020) afirma que a formulação e implementação adequadas de políticas públicas são cruciais para promover mudanças significativas em contextos sociais, econômicos e ambientais. Assim, contribuindo para a redução da desigualdade e a promoção do bem-estar social. No caso de Rondônia, onde há uma diversidade de desafios, desde questões ambientais até desigualdades sociais, as políticas públicas são fundamentais para orientar o desenvolvimento sustentável da região.

Especificamente em Rondônia, as políticas públicas têm um papel crucial na promoção da sustentabilidade ambiental, um dos principais pilares da Agenda 2030. Segundo Conforme aponta Sachs (2015), a proteção dos recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis são fundamentais para assegurar um futuro equilibrado e sustentável, para as próximas gerações. Em Rondônia, onde a pressão sobre os recursos naturais é intensa, devido à expansão agrícola e ao desmatamento, as políticas públicas voltadas para a gestão ambiental são vitais para mitigar esses impactos e promover o desenvolvimento sustentável da região. A criação de políticas de conservação, recuperação de áreas degradadas e incentivo à economia verde são passos fundamentais nesse sentido.

Além das questões ambientais, as políticas públicas em Rondônia também desempenham um papel essencial na redução das desigualdades sociais, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030. De acordo com Araújo (2019) argumenta que adotar políticas sociais inclusivas é uma maneira altamente eficaz de diminuir a pobreza e promover a equidade. Em um Estado com grandes disparidades socioeconômicas, como Rondônia, políticas públicas que promovam a inclusão social, o acesso à educação e à saúde de qualidade, e a geração de emprego são essenciais para assegurar que os benefícios do desenvolvimento sejam amplamente compartilhados por toda a população.

A gestão do SUS em Rondônia enfrenta desafios significativos que impactam diretamente a qualidade do atendimento. Elias e Magalhães (2021) destacam que uma administração eficaz do SUS depende de uma boa coordenação entre os diversos níveis de governo, bem como de uma alocação apropriada dos recursos financeiros e materiais. Além disso, Viana, Silva e Lima (2020) indicam que a falta de integração entre os serviços de

saúde e a insuficiência de recursos financeiros são desafios que comprometem a eficiência da gestão do sistema de saúde.

Em Rondônia, a qualidade do atendimento é frequentemente prejudicada por limitações estruturais e desafios de gestão. Viana (2020) aponta que a deficiência na infraestrutura e a falta de profissionais especializados estão comprometendo a qualidade do atendimento em Rondônia. A pesquisa revela que a ausência de equipamentos e instalações adequadas, bem como a carência de pessoal qualificado, afeta significativamente a qualidade dos serviços de saúde. Além disso, a manutenção de padrões de atendimento consistentes em áreas remotas e isoladas continua sendo um desafio persistente no estado (Viana, 2020; Mendes, 2021).

Estudos recentes sublinham a importância de uma gestão descentralizada e participativa como estratégia para enfrentar os desafios regionais e aprimorar a qualidade do atendimento no SUS. As desigualdades regionais são uma preocupação significativa no contexto do SUS. Santoro (2020) e Sarti (2014) destacam que as disparidades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde entre áreas urbanas e rurais, bem como entre diferentes estados, intensificam as desigualdades na saúde. Essas desigualdades são o resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos e políticos, refletindo as desigualdades sociais e econômicas mais amplas no Brasil. De acordo com os autores, as políticas públicas devem focar em estratégias para reduzir essas desigualdades e assegurar que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde.

Mendes (2021) aborda que as desigualdades regionais no Brasil são mais pronunciadas nas áreas remotas dos grandes centros urbanos, onde há escassez de recursos e infraestrutura deficiente. Essas disparidades são reflexo de desigualdades econômicas, sociais e estruturais que afetam tanto o acesso quanto a qualidade dos serviços de saúde. Em regiões distantes dos centros urbanos, como na Região Norte e especialmente em estados como Rondônia, essas desigualdades são ainda mais evidentes. A vasta extensão territorial e a dispersão da população intensificam os desafios para garantir acesso adequado aos serviços de saúde.

Pesquisas recentes indicam que as desigualdades na alocação de recursos financeiros e na distribuição de profissionais de saúde são fatores que agravam as disparidades no atendimento no Brasil. Paim (2020) destaca que a falta de profissionais qualificados em áreas remotas prejudica a eficácia do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente nas regiões isoladas de Rondônia, onde essa carência compromete significativamente a qualidade dos serviços de saúde. O autor ressalta a urgência de políticas públicas mais justas que abordem essas desigualdades e promovam melhorias na assistência à saúde.

Pesquisas recentes mostram que as desigualdades regionais em Rondônia impactam diretamente o acesso aos serviços do SUS. Viana e Brey (2021) observam que as áreas rurais e isoladas enfrentam sérias deficiências na oferta de serviços de saúde. Assim, enquanto as regiões urbanas têm um atendimento relativamente adequado, as áreas rurais e de difícil acesso sofrem com lacunas significativas. Barreiras como a distância, os custos de transporte e a falta de infraestrutura apropriada dificultam o acesso aos serviços de saúde, especialmente para as populações em localidades mais isoladas.

A gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em Rondônia desempenha um papel crucial na contribuição para a Agenda 2030, especificamente no que se refere ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. Em Rondônia, a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) tem implementado ações voltadas para a ampliação do acesso aos serviços de saúde e melhoria da qualidade do atendimento, aspectos fundamentais para o alcance das metas do ODS 3.<sup>2</sup> De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo governo do estado em 2023, essas ações têm sido direcionadas para fortalecer as redes de atenção primária e especializada, promovendo maior equidade no acesso aos serviços de saúde em todo o Estado.

No contexto do planejamento estratégico do Estado para o período de 2024 a 2027, o governo de Rondônia está focado em fortalecer a rede de atenção à saúde, com especial atenção à ampliação da cobertura de serviços essenciais, como a atenção primária à saúde e a assistência especializada. Essas iniciativas são fundamentais para reduzir as desigualdades no acesso à saúde, uma das metas centrais do ODS 3, especialmente em regiões mais remotas e carentes do estado, conforme evidenciado nas metas delineadas para 2024 (SEPOG) (Governo do Estado de Rondônia)<sup>3</sup>.

Além disso, esforços têm sido direcionados para a modernização das unidades de saúde e a qualificação dos profissionais, com a intenção de melhorar os indicadores de saúde, como a redução da mortalidade materna e infantil, que são componentes-chave do ODS 3. A gestão em saúde em Rondônia, ao priorizar essas áreas, demonstra um comprometimento

---

<sup>2</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAU). Relatório sobre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em Rondônia. 2023. Disponível em: [https://www.rondonia.ro.gov.br/relatorios/gestao\\_sus\\_2023.pdf](https://www.rondonia.ro.gov.br/relatorios/gestao_sus_2023.pdf). Acesso em: 23 ago. 2024.

<sup>3</sup> SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPOG). Plano Estratégico do Estado de Rondônia 2024-2027. 2023. Disponível em: [https://www.rondonia.ro.gov.br/plano\\_estrategico\\_2024\\_2027.pdf](https://www.rondonia.ro.gov.br/plano_estrategico_2024_2027.pdf). Acesso em: 23 ago. 2024.

significativo com a promoção de saúde e bem-estar, alinhando-se com as diretrizes globais da Agenda 2030 (SEPOG)<sup>4</sup>.

Contudo, para que o SUS em Rondônia contribua de forma ainda mais eficaz para a Agenda 2030, é necessário continuar investindo em infraestrutura, formação contínua de profissionais e desenvolvimento de políticas públicas que garantam a equidade no acesso e na qualidade dos serviços prestados. A continuidade desses esforços, conforme o planejamento estadual vigente, é essencial para garantir que os benefícios das ações governamentais sejam amplamente percebidos pela população do estado, contribuindo para o cumprimento dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável até 2030.

No que tange a participação cidadã e o uso de tecnologias da informação são aspectos cruciais para a melhoria contínua do SUS. Harvey (2006) argumenta que a inclusão da comunidade na formulação e na implementação das políticas de saúde pode aumentar a eficácia e a aceitação das medidas adotadas. Além disso, as tecnologias da informação podem melhorar a gestão e a transparência, facilitando o monitoramento dos serviços e a comunicação entre os diferentes níveis de governo e os cidadãos (Viveiros de Castro, 2010). A adoção de novas tecnologias e a promoção de uma maior participação cidadã podem contribuir significativamente para a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde.

A participação cidadã é um princípio fundamental no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. No contexto de Rondônia, a participação ativa da comunidade e dos usuários dos serviços de saúde é crucial para garantir a eficácia e a legitimidade do sistema. Esta seção explora a importância da participação cidadã no SUS, os desafios enfrentados em Rondônia e as implicações para a gestão e a qualidade dos serviços.

A participação cidadã é fundamental para democratizar a gestão da saúde, tornando o sistema mais transparente e alinhado com as necessidades da população. Paim (2020) destaca que a inclusão dos cidadãos na gestão dos serviços de saúde é crucial para assegurar tanto a equidade quanto a qualidade do atendimento. Dessa forma, a participação ativa de cidadãos e comunidades é essencial para melhorar o acesso aos serviços, elevar a qualidade do atendimento e fortalecer a responsabilidade do sistema de saúde. A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) garantem essa participação social através dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, que desempenham um papel importante na formulação e discussão das políticas públicas de saúde.

---

<sup>4</sup> SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPOG). Relatório de Gestão em Saúde e Planejamento Estratégico para 2024-2027. 2023. Disponível em: [https://www.rondonia.ro.gov.br/relatorio\\_gestao\\_saude\\_2024\\_2027.pdf](https://www.rondonia.ro.gov.br/relatorio_gestao_saude_2024_2027.pdf). Acesso em: 23 ago. 2024.

Pesquisas recentes indicam que, embora existam mecanismos formais para a participação cidadã, como os Conselhos de Saúde, esses conselhos frequentemente enfrentam problemas significativos, como baixa representatividade, falta de formação adequada e limitada autonomia nas decisões. Viana e Machado (2021) apontam que a efetiva participação cidadã nos Conselhos de Saúde é comprometida por desafios como a falta de capacitação e a carência de recursos. Dessa forma, a participação efetiva é dificultada pela insuficiência de recursos para encontros e treinamentos, além da ausência de uma cultura participativa consolidada nas comunidades. Assim, o teórico continua pontuando que no Estado de Rondônia, a participação cidadã no SUS enfrenta desafios consideráveis que comprometem sua eficácia e abrangência. Estudos recentes indicam que fatores como a distância geográfica e a desigualdade regional limitam a participação efetiva dos cidadãos nas decisões de saúde.

Portanto, a promoção de uma participação cidadã mais efetiva em Rondônia requer a implementação de estratégias que superem as barreiras estruturais e culturais existentes. É necessário investir em educação e capacitação dos cidadãos, fortalecer os mecanismos de participação e garantir que as decisões tomadas nos conselhos sejam efetivamente implementadas e monitoradas.

Desse modo, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, com a missão de garantir o acesso universal, igualitário e gratuito aos serviços de saúde para toda a população brasileira. Desde a sua criação pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem enfrentado diversos desafios, incluindo problemas de financiamento, gestão e desigualdades regionais. A universalização do acesso à saúde: é um aspecto fundamental do SUS, que se destaca por garantir serviços de saúde para toda a população, independentemente da condição econômica.

O SUS organiza os serviços de saúde em três níveis de atenção primária, secundária e terciária o que é essencial para garantir um atendimento integrado e contínuo. Essa estrutura permite uma transição eficaz desde a atenção básica até os serviços especializados e hospitalares. Campos (2021) afirma que a estrutura hierárquica de níveis de atenção no SUS é essencial para assegurar uma transição eficaz entre os diversos tipos de cuidados de saúde. Além disso, essa organização em níveis é crucial para a integração dos serviços de saúde.

A criação dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde é fundamental para promover a participação cidadã na formulação e no controle das políticas de saúde. Paim (2020) destaca que o modelo participativo melhora a transparência e o controle social ao permitir que as demandas da população influenciem a gestão da saúde. Ele ressalta que os

Conselhos e Conferências de Saúde são fundamentais para fortalecer a participação cidadã, o que é essencial para garantir que as políticas de saúde sejam transparentes e adequadas às necessidades da população. Dessa maneira, a participação ativa da comunidade é vista como essencial para garantir que as políticas de saúde atendam efetivamente às necessidades dos usuários.

O fortalecimento da atenção primária: é essencial para promover a prevenção e o tratamento precoce de doenças, servindo como o foco central das reformas no sistema de saúde. Segundo Campos e Lima (2021), destacam que o fortalecimento da atenção primária é crucial para reduzir a necessidade de serviços especializados e melhorar a eficiência do sistema de saúde. Nesse viés, fortalecer a atenção primária pode diminuir a demanda por serviços especializados e hospitalares, resultando em uma maior eficiência geral do sistema.

O aprimoramento da gestão e da governança no SUS é essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Isso envolve a capacitação dos gestores, a implementação de sistemas de controle e avaliação mais eficazes, e a promoção de maior transparência na administração. Campos e Santos (2022) afirmam que a adoção de modelos de gestão descentralizados e participativos é fundamental para aprimorar a coordenação e a responsabilidade dentro do SUS. Nesses moldes, destacam que a criação de modelos de gestão descentralizados e participativos pode melhorar significativamente a coordenação e a responsabilidade dos gestores locais, contribuindo para um sistema de saúde mais eficiente e responsável.

A integração de tecnologias da informação e sistemas digitais no SUS pode aumentar a eficiência e melhorar o acesso à informação. Silva e Costa (2021) destacam que a utilização de sistemas digitais e prontuários eletrônicos é essencial para garantir uma coordenação eficiente no SUS, e, essa implementação de prontuários eletrônicos e sistemas de informação em saúde facilita a coordenação entre os diferentes níveis de atenção e melhora o acompanhamento dos pacientes, promovendo uma gestão mais integrada e eficiente.

Para abordar as desigualdades regionais no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, é essencial desenvolver estratégias específicas e direcionadas. Oliveira e Martins (2021) enfatizam que investimentos em infraestrutura e na formação de profissionais são essenciais para diminuir as desigualdades regionais no SUS. Políticas direcionadas a áreas carentes, acompanhadas de melhorias na infraestrutura e capacitação profissional, são fundamentais para reduzir essas disparidades e promover uma maior equidade no sistema de saúde.

De acordo com Giovanella et al. (2020), a gestão de recursos humanos desempenha um papel fundamental no funcionamento adequado do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre

os principais desafios enfrentados estão a carência de profissionais capacitados, a má distribuição de médicos e outros profissionais de saúde, além das condições inadequadas de trabalho. No que diz respeito ao financiamento, os autores ressaltam que a insuficiência de recursos e a ineficácia na gestão financeira afetam diretamente a sustentabilidade do SUS. Eles destacam que, para garantir a manutenção e expansão dos serviços, é crucial ampliar o financiamento e aprimorar a gestão dos recursos disponíveis.

Por fim, a gestão em saúde em Rondônia é fundamental para alcançar os objetivos da Agenda 2030, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS3), que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades. De acordo com Paim (2022), este afirma que

uma gestão bem estruturada é essencial para alcançar o ODS 3, especialmente em contextos desafiadores como o de Rondônia. A presença de lideranças competentes e a implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para enfrentar os obstáculos e promover melhorias significativas na saúde da população Paim (2022, p. 45).

Nessa lógica, uma gestão eficiente e bem estruturada no sistema de saúde acaba sendo crucial para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e para a equidade no acesso à saúde.

Em Rondônia, onde desafios como a desigualdade regional e a escassez de recursos são marcantes, a gestão em saúde tem se esforçado para implementar políticas que garantam acesso universal e de qualidade, fortalecendo a infraestrutura e a capacitação dos profissionais de saúde. Essa abordagem, alinhada aos princípios do SUS e aos compromissos do ODS3, tem contribuído significativamente para a redução das desigualdades na saúde, ampliando o acesso aos serviços essenciais e melhorando os indicadores de saúde na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar os principais desafios e avanços do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco nas suas estruturas de financiamento, gestão e qualidade do atendimento, e como essas dimensões influenciam o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Este estudo evidenciou que, apesar dos progressos alcançados desde a sua criação, o SUS ainda enfrenta desafios significativos que afetam sua capacidade de oferecer serviços de saúde universais e de qualidade a toda a população brasileira.

O segundo objetivo do estudo foi examinar a estrutura de atenção no SUS, que é organizada em níveis primário, secundário e terciário. A análise revelou que a coordenação eficaz entre esses níveis de atenção é crucial para garantir a integralidade do cuidado. A integração entre os diferentes níveis é fundamental para evitar a fragmentação dos serviços e promover um atendimento contínuo e integrado, assegurando que os pacientes recebam o tratamento apropriado em cada fase de suas necessidades de saúde.

O terceiro objetivo foi explorar os desafios relacionados ao financiamento do SUS e suas implicações para a qualidade dos serviços oferecidos. O estudo mostrou que o financiamento inadequado e as desigualdades regionais são questões persistentes que afetam negativamente a oferta e a qualidade dos serviços de saúde. A escassez de recursos, amplificada pela pandemia de COVID-19 e pela crise econômica subsequente, ressaltou a necessidade urgente de uma reforma no modelo de financiamento para garantir a sustentabilidade e a equidade do sistema de saúde.

Em conclusão, o SUS desempenha um papel crucial na saúde pública do Brasil, oferecendo uma estrutura de atenção abrangente e universal. No entanto, o sistema enfrenta desafios significativos relacionados ao financiamento e às desigualdades regionais que comprometem a qualidade dos serviços prestados. A necessidade de uma reforma no modelo de financiamento e a melhoria da coordenação entre os diferentes níveis de atenção são fundamentais para a eficácia e a equidade do SUS. A implementação de práticas de gestão mais transparentes e a adoção de tecnologias de informação também são essenciais para aprimorar a qualidade do atendimento e atender às demandas da população.

Para estudos futuros, é recomendado explorar mais profundamente as estratégias específicas de reforma do financiamento do SUS e sua implementação prática. Além disso, a investigação sobre as melhores práticas para a integração dos diferentes níveis de atenção e o impacto dessas práticas na qualidade do atendimento pode fornecer insights valiosos para aprimorar o sistema de saúde. A análise de casos regionais específicos, com foco nas

disparidades e soluções inovadoras, também pode contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e equitativas.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade em obter dados atualizados e abrangentes sobre o financiamento e a gestão do SUS, devido à variabilidade e à complexidade dos dados disponíveis. Além disso, a análise foi limitada a uma revisão bibliográfica e não incluiu pesquisas empíricas ou estudos de caso diretos, o que pode limitar a profundidade das conclusões sobre a eficácia das reformas e estratégias propostas. Future research should address these gaps by incorporating empirical studies and case analyses to provide a more comprehensive understanding of the challenges and potential solutions for the SUS.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. **Políticas Públicas e Inclusão Social no Brasil: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

ALMEIDA, R. M. **Desafios da Gestão da Saúde em Rondônia: Participação Cidadã e Efetividade**. Editora Saúde e Região, 2017.

ALMEIDA, C.; SILVA, R. **Desigualdades regionais e infraestrutura de saúde no Brasil**. Revista Brasileira de Saúde Pública, 55, 40-55. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.201905500098>, 2019.

ALMEIDA, João; FERREIRA, Mariana. **Gestão e Desafios do SUS em Rondônia**. Porto Velho: Editora Saúde, 2022.

ALMEIDA, L. F.; SOUZA, M. S. **Desigualdades Regionais no Acesso à Saúde em Rondônia**. Editora Saúde e Região, 2014.

ALMEIDA, Renato. **Financiamento e Desafios do SUS: Uma Análise Atual**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Saúde, 2022.

AVIGO, Deoclecio; OLIVEIRA, Aline de Souza; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos (Eds.). **Manual de condutas em atenção primária à saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2022.

BAHIA, L.; LIMA, L.; SOARES, M. **O financiamento do SUS e suas implicações na qualidade dos serviços de saúde**. Revista Brasileira de Saúde Pública, 54, 1-10. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.202005400234>, 2020.

BARRETO, M. **Financiamento e desigualdades no Sistema Único de Saúde**. Cadernos de Saúde Pública, 36(4), 75-90. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009519>, 2020.

BARRETO, M. L.; et al. **Desafios e Perspectivas do SUS no Contexto da Agenda 2030**. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 25 julho 2024.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 25 julho 2024.

BRASIL. Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, para dispor sobre a organização e o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13708.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13708.htm). Acesso em: 25 julho 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

- BRASIL. "**Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**". Governo Federal do Brasil, 2020.
- CAMPO, G. W. S. **Participação Social e Gestão do SUS: Desafios e Perspectivas**. Editora Saúde e Sociedade, 2013.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Reforma política do Sistema Único de Saúde: perspectivas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2020.
- CAMPOS, Gabriel. **A Organização dos Serviços de Saúde no SUS: Estrutura e Desafios**. São Paulo: Hucitec, 2021.
- CAMPOS, Gabriel; LIMA, Renata. **A Atenção Primária no SUS: Avanços e Desafios**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2021.
- CAMPOS, Gabriel; SANTOS, Mariana. **Gestão e Governança no SUS: Desafios e Estratégias**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.
- CARLOS, Alberto Máximo Pimenta; ALVES, Cecília Pescatore. **Políticas públicas & desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- CASTRO, G.; SILVA, R.; ALMEIDA, V. **Análise do impacto do subfinanciamento na infraestrutura do SUS**. Cadernos de Saúde Pública, 37(8), e00128420. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00128420>, 2021.
- CASTRO, G. et al. **Análise crítica das reformas no financiamento do SUS**. Revista Brasileira de Política de Saúde, 27(2), 95-110. <https://doi.org/10.1590/0103-1100.2021.002>, 2021.
- COSTA, Nilson do Rosário. **Saúde pública no Brasil: organização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.
- COSTA, Ana; PEREIRA, Lucas. **Reformas no Financiamento do SUS: Perspectivas e Propostas**. Brasília: Editora SUS, 2024.
- ELIAS, Paulo E. M.; MAGALHÃES, Rodrigo. **Desafios da Gestão do SUS: Perspectivas para a Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2021.
- SCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- SCOREL, S. **O Sistema Único de Saúde e o Financiamento da Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- SCOREL, S. **Políticas de Saúde no Brasil: Contexto e Perspectivas**. Editora Fiocruz, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 11. ed. São Paulo: Atlas, p. 102-104. 2022.
- GIOVANELLA, L. et al. "**Saúde pública e Sistema Único de Saúde no Brasil**". Cadernos de Saúde Pública, 34(6), 1-15, 2018.
- GIOVANELLA, L., et al. **Saúde no Brasil: políticas e organização do sistema de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.
- GIOVANELLA, L. et al. **Equidade em Saúde no SUS: Avanços e Desafios**. São Paulo: Hucitec, 2021.

MARTINS, Helena. **A Atenção Primária no SUS: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Saúde, 2022.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MENDES, E. **Políticas de Saúde: Contexto e Perspectivas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

MENDES, A. M. **Gestão Participativa e Qualidade no SUS: Desafios e Perspectivas**. Editora Universitária, 2012.

MENDES, A. M. **Políticas Públicas de Saúde e Desigualdades Regionais**. Editora Universitária, 2012.

MENDES, E. **O SUS e a saúde pública no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

MENDES, Eugênio Vilaça. **O SUS e a Integralidade da Atenção: Avanços e Desafios**. São Paulo: Hucitec, 2021.

MINAYO, A. M. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

OLIVEIRA, J. **Qualidade e gestão no SUS: Novas abordagens e desafios**. Revista Brasileira de Saúde Pública, 57(1), 89-105. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.202305700012>, 2023.

PAIM, Jairnilson Silva. **O Sistema Único de Saúde: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. **O SUS e a Participação Cidadã: Fundamentos e Práticas**. Editora Saúde e Sociedade, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. **O SUS e a Qualidade do Atendimento: Desafios e Avanços**. Editora Saúde e Sociedade, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. **O Que É o SUS**. São Paulo: Brasiliense, 2020.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. The Brazilian health system: History, advances, and challenges. *The Lancet*, 395(10221), 320-332. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)32509-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)32509-6), 2020.

PEREIRA, Ana. **Tecnologia e Coordenação no SUS: Caminhos para a Eficiência**. Brasília: Editora SUS, 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAU) DE RONDÔNIA. Dados Estatísticos e Relatórios de Gestão da Saúde em Rondônia 2023. Porto Velho: SEPOG, 2023. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/sesau>. Acesso em: 13/08/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAU) DE RONDÔNIA. Planejamento Estratégico de Rondônia 2024-2027. Porto Velho: SEPOG, 2023. Disponível em: <https://www.sepog.ro.gov.br/Conteudos/2805/planejamento-estrat%C3%A9gico-do-estado-de-rond%C3%B4nia-2024-2027>. Acesso em: 13/08/2024.

SILVA, João A. **Estrutura e Dinâmica do Sistema Único de Saúde: Análise e Propostas**. Editora Saúde e Políticas, 2014.

SILVA, João; COSTA, Fernanda. **Tecnologias da Informação na Saúde: Desafios e Oportunidades no SUS**. São Paulo: Editora Hucitec, 2021.

SILVA, João; COSTA, Maria. **Gestão e Qualidade no SUS: Desafios e Soluções**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saúde, 2023.

SILVA, João; COSTA, Mariana. **Políticas de Saúde e Gestão Pública no Brasil: Foco em Rondônia**. São Paulo: Editora SUS, 2023.

SILVA, M. F.; COSTA, R. P. **Análise de Conteúdo: Teorias e Práticas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2023. p. 112-145.

SOUZA, Celina. **Governança e políticas públicas no Brasil: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

SOUZA, Marcos; ALMEIDA, Carla. **Gestão da Qualidade no SUS: Formação e Infraestrutura**. Rio de Janeiro: Editora SUS, 2023.

SOUZA, Carlos; OLIVEIRA, Ana. **Políticas de Saúde e Gestão Pública no Brasil: Foco em Rondônia**. São Paulo: Editora SUS, 2023.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila. **Política de Saúde e Gestão no Brasil: Desafios para o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; CAMPOS, Gabriel. **O SUS e a gestão regional: desafios e soluções**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2021.